

REL-AUDIT-DAI - 32025

Código de validação: EA018CC1C6

---

# Relatório do Sistema de Controle Interno

---

Fundo Especial da Escola Superior de Magistratura do  
Estado do Maranhão – FESMAM

## Prestação de Contas – Exercício 2024



## S U M Á R I O

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL.....	4
2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.....	6
3. DA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.....	7
3.1. <i>Da realização da receita</i> .....	7
3.2 <i>Da realização da despesa</i> .....	9
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>11</b>



## INTRODUÇÃO

O presente Relatório é parte integrante da documentação exigida para fins de Prestação de Contas Anual, nos termos da Instrução Normativa nº 26/2011 e consoante à sistemática definida na Instrução Normativa nº 12/2005, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O objetivo deste documento é avaliar a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2024.

A prestação de contas do Poder Judiciário do Maranhão perpassa por seis unidades orçamentárias diferentes: o Tribunal de Justiça – TJMA (04101), a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ (04901), o Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM (04902), o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC (04903) e o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG (04904).

Nesta oportunidade analisar-se-á apenas a execução orçamentária do Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM, posto que as demais unidades serão avaliadas em instrumentos próprios.

As constatações e considerações apresentadas pela Diretoria de Auditoria Interna, enquanto 3ª Linha do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Maranhão, basearam-se em informações prestadas pela Diretoria Financeira, nos instrumentos de planejamento orçamentário vigentes no exercício de 2024 (PPA, LDO, LOA, Decretos de Execução e de Encerramento), em relatórios do sistema SIGEF e, em análises de processos e documentos administrativos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Diretoria de Auditoria Interna

## 1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual vigente no quadriênio 2024-2027 foi estabelecido pela Lei nº 12.167 de 19 de dezembro de 2023. O Programa macro do Poder Judiciário previsto no PPA/2024-2027, Prestação Jurisdicional (código 0543), tem por finalidade “proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade”. Este programa foi subdividido em 11 (onze) Ações, das quais, 1 (uma) foi desenvolvida pelo FESMAM (UO 04902), a saber, 4438 – Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário.

O valor total planejado para o Programa Prestação Jurisdicional (código 0543) no ano de 2024 foi de R\$ 1.675.040.482,00 (um bilhão seiscentos e setenta e cinco milhões quarenta mil quatrocentos e oitenta e dois reais). Para a Ação 4438 – Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário destinou-se 0,06% deste valor, ou seja, R\$ 966.000,00 (novecentos e sessenta e seis mil reais).

AÇÕES PPA 2024-2027 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Projeto / Atividade	Finalidade	UO	Produto	Unidade de Medida	Metas	
					Física	Financeira
4438 - Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário	Promover a realização de cursos para formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão	FESMAM	Pessoa capacitada	unidade	403	966.000,00

Fonte: PPA 2024-2027

Segue abaixo a execução do PPA no exercício de 2024 para o FESMAM:

### PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL



REL-AUDIT-DAI - 32025 / Código: EA018CC1C6  
Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.  
#ConsumoConsciente

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

Projeto / Atividade	4438 - Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário		
Produto	Pessoa capacitada		
Unidade de Medida	unidade		
Metas Físicas			
Planejado (A)	Realizado (B)	Eficácia (B/A)=C	
403	3.003	7,45	
Metas Financeiras			
Planejado (D)	Realizado (E)	(E/D)=F	Eficiência (C/F)
966.000,00	901.953,21	0,93	7,98
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0 Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50			
FONTES: 1- PPA 2024-2027 2- Relatório das Metas Físicas e Financeiras emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira.			

Do quadro acima, verifica-se que a Ação 4438 se demonstrou eficaz e eficiente no exercício de 2024 em relação ao PPA, ultrapassando a meta física planejada com a utilização de 93% dos recursos financeiros programados.



## 2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o exercício de 2024 é a de nº 11.994, de 31 de julho de 2023. Ela propôs as metas e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2024. Os artigos 33 ao 41 da LDO 2024 disciplinam o procedimento de abertura de créditos adicionais para aquele exercício.

A unidade orçamentária do FESMAM previa dotação inicial na LOA 2024 no montante de R\$ 966.000,00 (novecentos e sessenta e seis mil reais). Durante o exercício de 2024 ocorreu uma descentralização de crédito para a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação do Maranhão no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) através da Nota 2024DC000001 do dia 13/11/2024 para atender o Convênio 0003/2023 celebrado entre as entidades, o que resultou em uma dotação orçamentária final de R\$ 955.500 (novecentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais)

As formalidades legais previstas na LDO e na LOA para fins de alterações orçamentárias foram cumpridas, não sendo identificado nenhum procedimento irregular na documentação analisada.



### 3. DA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2024, Lei nº 12.168 de 19 de dezembro de 2023, fixou créditos orçamentários ao Poder Judiciário no valor de R\$ 2.403.460.000,00 (dois bilhões quatrocentos e três milhões quatrocentos e sessenta mil reais), assim distribuídos:

LOA 2024	
UO's	Dotação Inicial
TJ e CGJ	2.089.372.000,00
TJ	2.084.816.468,00
CGJ	4.555.532,00
FERJ	287.468.000,00
FESMAM	966.000,00
FERC	17.030.000,00
FUNSEG	8.624.000,00
<b>Total</b>	<b>2.403.460.000,00</b>
Fonte: LOA 2024	

O valor orçado à unidade orçamentária do FESMAM correspondeu a 0,04% do total fixado na LOA 2024. Quanto à fonte, os recursos desta unidade originam-se exclusivamente do Tesouro Estadual e integram o Orçamento Fiscal.

#### 3.1. Da realização da receita

O FESMAM foi criado pela Lei nº 8.414/2006 com o objetivo de dotar a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão – ESMAM dos meios orçamentários e financeiros necessários à realização de suas finalidades legais,





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Diretoria de Auditoria Interna

especialmente quanto à formação e ao aperfeiçoamento dos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Maranhão. Nos termos do art. 2º desta norma são consideradas receitas do Fundo:

I - os recursos provenientes de inscrições em cursos, concursos, simpósios, congressos, conferências, painéis e debates;

II - os recursos provenientes de mensalidades de participantes matriculados em cursos regulares ou extraordinários;

III - os recursos provenientes da venda de revistas, jornais, boletins ou quaisquer outras obras editadas pela ESMAM;

IV - os auxílios, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, desde que destinados a atender às finalidades da ESMAM;

V - os recursos provenientes de doações e legados, bem como da cessão de direitos autorais patrimoniais de autores editados pela ESMAM;

VI - os recursos provenientes de convênios e de dotações do orçamento do Tribunal de Justiça;

VII - os recursos provenientes da exploração de dependências da Escola, mediante permissão remunerada de uso, destinada à venda de livros, à instalação de cantinas e a outras atividades econômicas consentâneas com as atividades da ESMAM;

VIII - quaisquer outros recursos que ingressam eventualmente.

Após análise do Balanço Orçamentário observa-se que o FESMAM arrecadou o valor de R\$ 129.730,00 (cento e vinte e nove mil setecentos e trinta reais) no exercício de 2024, evidenciando uma queda na arrecadação de 11,98% em relação ao exercício anterior, como demonstrado no quadro a seguir:

Arrecadação-FESMAM			
Receitas	2023	2024	%
Receita Patrimonial	123.455,13	129.730,00	5,08%
Outras Receitas Correntes	23.934,66		
<b>TOTAL</b>	<b>147.389,79</b>	<b>129.730,00</b>	<b>-11,98%</b>





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Diretoria de Auditoria Interna

Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira

Do confronto entre a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária empenhada apura-se um resultado orçamentário deficitário no período no valor de R\$ 772.223,21 (setecentos e setenta e dois mil duzentos e vinte e três reais e vinte e um centavos).

Apuração do Resultado Orçamentário	
Receita Orçamentária Realizada	129.730,00
Despesa Orçamentária Empenhada	901.953,21
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>-772.223,21</b>
Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira	

Contudo, há de se ressaltar que o FESMAM depende da transferência de receita do Estado (Fonte 101 – Tesouro) para execução das suas ações. Considerando que a receita do Estado já foi contabilizada no exercício como receita orçamentária no Ente Federativo, as transferências recebidas pela FESMAM, não são classificadas como receitas orçamentárias no Fundo, a fim de evitar a duplicidade de informações quando da consolidação das contas do Estado.

### 3.2 Da realização da despesa

A despesa fixada na LOA para o exercício de 2024 à unidade orçamentária do FESMAM totalizou R\$ 966.000,00 (novecentos e sessenta e seis mil reais). No decorrer do exercício foi descentralizado um crédito de R\$ 10.500,00 para a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão.

Assim, ao final do exercício a dotação orçamentária fixada restou em um



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Diretoria de Auditoria Interna

montante de R\$ 955.500,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais).

No quadro abaixo vemos a execução orçamentária geral do FESMAM:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
PROGRAMA /AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	%
		(A)	(B)	(C)	(B-C)	(C/B)
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	966.000,00	955.500,00	901.953,21	53.546,79	94%
4438	PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO CONHECIMENTO NO PODER JUDICIÁRIO	966.000,00	955.500,00	901.953,21	53.546,79	94%
Fonte: SIGEF - Relatório do Comparativo da despesa autorizada com a realizada emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Contabilidade - Diretoria Financeira						

A despesa realizada no exercício de 2024 totalizou R\$ 901.953,21 (novecentos e um mil novecentos e cinquenta e três reais e vinte um centavos), o que corresponde a 94% da dotação final e uma sobra orçamentária de R\$ 53.546,79 (cinquenta e três mil quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e nove centavos).



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Diretoria de Auditoria Interna**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em face dos exames realizados, verificou-se que:

- a Ação 4438 apresentou uma execução eficaz e eficiente, considerando o aumento da meta física planejada utilizando 93% dos recursos financeiros;
- a arrecadação do Fundo diminuiu 11,98% em relação ao exercício anterior;
- o resultado orçamentário deficitário em R\$ 772.223,21 justifica-se em razão do FESMAM receber recursos do Tesouro para o custeio de suas despesas;
- a execução orçamentária da Ação 4438 atingiu um percentual de 94% da dotação final.

São Luís, 26 de março de 2025.

**JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS**  
Diretora de Auditoria Interna  
Diretoria de Auditoria Interna  
Matrícula 107318

**STENIO LEONARDO RAMOS RIBEIRO**  
Analista Judiciário-Contador  
Coordenadoria de Auditoria  
Matrícula 175133

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/03/2025 18:49 (STENIO LEONARDO RAMOS RIBEIRO)  
Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/03/2025 22:45 (JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS)

